

CADMO

REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA
JOURNAL FOR ANCIENT HISTORY

29



CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
2020



CADMO

REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA
JOURNAL FOR ANCIENT HISTORY



CADMO
REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA
JOURNAL FOR ANCIENT HISTORY

29

Editor Principal | Editor-in-chief
Nuno Simões Rodrigues

CH
CENTRO DE HISTÓRIA

Centro de História da Universidade de Lisboa

2020



CADMO
REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA
JOURNAL FOR ANCIENT HISTORY

Editor Principal | Editor-in-chief
Nuno Simões Rodrigues

Editores Adjuntos | Co-editors

Agnès García-Ventura (Universitat de Barcelona), Amílcar Guerra (Universidade de Lisboa), Breno Batistin Sebastiani (Universidade de São Paulo), Rogério Sousa (Universidade de Lisboa).

Assistentes de Edição | Editorial Assistants

Bruno dos Santos, Catarina Pinto Fernandes, Maria de Fátima Rosa, Martim Aires Horta, Violeta D'Aguiar

Revisão Editorial | Copy-Editing

Bruno dos Santos, Martim Aires Horta, Violeta D'Aguiar

Redacção | Redactorial Committee

Abraham I. Fernández Pichel (Universidade de Lisboa), Agnès García-Ventura (Universitat de Barcelona), Amílcar Guerra (Universidade de Lisboa), Ana Catarina Almeida (Universidade de Lisboa), Armando Norte (Universidade de Coimbra), Breno Batistin Sebastiani (Universidade de São Paulo), Cláudia Teixeira (Universidade de Évora), Elisa de Sousa (Universidade de Lisboa), Francisco Borrego Gallardo (Universidad Autónoma de Madrid), Francisco Gomes (Universidade de Lisboa), José das Candeias Sales (Universidade Aberta), Loïc Borgies (Université Libre de Bruxelles), Maria Ana Valdez (Universidade de Lisboa), Maria de Fátima Rosa (Universidade de Lisboa), Nelson Ferreira (Universidade de Coimbra), Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa), Rogério de Sousa (Universidade de Lisboa), Saana Svárd (University of Helsinki), Susan Deacy (University of Roehampton), Suzana Schwartz (Universidade de São Paulo), Telo Ferreira Canhã (Universidade de Lisboa).

Comissão Científica | Editorial and Scientific Board

Antonio Laprieno (Jacobs University Bremen), Delfim Leão (Universidade de Coimbra), Eva Cantarella (Università degli Studi di Milano), Giulia Sissa (University of California, Los Angeles), John J. Collins (Yale University), Johan Konings (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte), José Augusto Ramos (Universidade de Lisboa), José Manuel Roldán Hervás (Universidad Complutense de Madrid), José Ribeiro Ferreira (Universidade de Coimbra), Juan Pablo Vita (Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Madrid), Judith P. Hallett (University of Maryland), Julio Trebolle (Universidad Complutense de Madrid), Ken Dowden (University of Birmingham), Lloyd Llewellyn-Jones (Cardiff University), Luís Manuel de Araújo (Universidade de Lisboa), Maria Cristina de Sousa Pimentel (Universidade de Lisboa), Maria de Fátima Sousa e Silva (Universidade de Coimbra), Marta González González (Universidad de Málaga), Monica Silveira Cyrino (University of New Mexico).

Conselho de Arbitragem para o presente número | Peer reviewers for the current issue

Agnès García-Ventura (Universitat de Barcelona), Catarina Viegas (Universidade de Lisboa), Juan Luis Montero Fenollós (Universidade da Coruña), Katia Pozzer (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Kyriakos Savvopoulos (Oxford University), José Manuel Alba (Universidad de Jaén), Maria Fernanda Brasete (Universidade de Aveiro), Maria Jose López Grande (Universidad Autónoma de Madrid), Matheus Trevizam (Universidade Federal das Minas Gerais), Miguel Ángel Novillo López (Universidad Complutense de Madrid), Mona Haggag (Alexandria University), Nelson Henrique da Silva Ferreira (Universidade de Coimbra), Núria Castellano i Solé (Universidad de Murcia), Paulo Sérgio Ferreira (Universidade de Coimbra), Pietro Li Causi (Università degli Studi di Palermo), Rui Carlos Fonseca (Universidade de Lisboa), Rui Morais (Universidade do Porto), Susana Marques Pereira (Universidade de Coimbra).

Editora | Publisher

Centro de História da Universidade de Lisboa | 2020

Concepção Gráfica | Graphic Design

Bruno Fernandes

Periodicidade: Anual

ISSN: 0871-9527

eISSN: 2183-7937

Depósito Legal: 54539/92

Tiragem: 150 exemplares

P.V.P.: €15,00

Cadmo - Revista de História Antiga | Journal for Ancient History

Centro de História da Universidade de Lisboa | Centre for History of the University of Lisbon
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | School of Arts and Humanities of the University of Lisbon
Cidade Universitária - Alameda da Universidade, 1600 - 214 LISBOA / PORTUGAL
Tel.: (+351) 21 792 00 00 (Extension: 11610) | Fax: (+351) 21 796 00 63
cadmo.journal@letras.uilisboa.pt | www.centrodehistoria-flul.com/cadmo



This work is funded by national funds through FCT - Foundation for Science and Technology under project UIDB/04311/2020 and UIDP/04311/2020.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

SUMÁRIO

TABLE OF CONTENTS

09 AUTORES CONVIDADOS

GUEST ESSAYS

11 UNA GENEALOGIA DEL SUJETO DEL DESEO

Foucault y la sexualidad de los Antiguos

A GENEALOGY OF THE SUBJECT OF DESIRE.

Foucault and Sexuality in Antiquity

María Cecilia Colombani

35 LA IMAGEN DE CAYO JULIO CÉSAR EN EL CINE

CAIUS IULIUS CAESAR'S IMAGE IN THE CINEMA

Miguel Ángel Novillo López

53 ESTUDOS

ARTICLES

55 THE LACHISH RELIEFS

The programmatic representation of the king

at war under Sennacherib

OS RELEVOS DE LACHISH

O programa de representação do rei na guerra sob Senaquerib

Violeta d'Aguilar

87 A PRODUÇÃO DO VIDRO NO EGÍPTO DO IMPÉRIO NOVO

À LUZ DOS DADOS ARQUEOLÓGICOS E ANALÍTICOS

GLASS PRODUCTION IN NEW KINGDOM EGYPT IN LIGHT

OF THE ARCHAEOLOGICAL AND ANALYTICAL DATA

Francisco B. Gomes

121 A IDEIA DE HISTÓRIA SEGUNDO OS ARQUIVOS REAIS DE MARI

THE HISTORICAL CONCEPTION OF THE ROYAL ARCHIVES OF MARI

Maria de Fátima Rosa

- 145 THE ANTHROPOID WOODEN COFFIN OF DIDYME
FROM GRECO-ROMAN EGYPT
O ATAÚDE ANTROPOMÓRFICO DE DIDÍME DO EGIPTO GRECO-ROMANO
Ahmed Derbala e Rogério Sousa
- 175 TESEU, O PARADIGMA DO ATENIENSE ÁRISTOS
Testemunhos de Pausânias e Plutarco
THESEUS, THE PARADIGM OF THE ATHENIAN ÁRISTOS
Testimonies from Pausanias and Plutarch
Maria de Fátima Silva
- 203 ECONOMIC ACTIVITIES CREATING ARCHETYPES
FOR TRADITIONAL ABSTRACT LANGUAGE:
The farmer as the good man in the roman 'Agricola Instructions'
A ATIVIDADE ECONÓMICA COMO FONTE IMAGÉTICA DE LINGUAGEM SIMBÓLICA:
O bom agricultor das instruções agrícolas romanas
Nelson Henrique da Silva Ferreira
- 229 A IMPORTÂNCIA RIBEIRINHA DE MIRAGAIA (PORTO)
NO PERÍODO DA ROMANIZAÇÃO
THE RIVERSIDE IMPORTANCE OF MIRAGAIA (OPORTO)
IN THE ROMANIZATION PERIOD
Ana Isabel Lino
- 251 SAKURA NO PAÍS DAS MITOLOGIAS:
Storytelling mitológico e reino encantado
SAKURA IN MYTHLAND:
Mythological storytelling and wonderland
Sílvia Catarina Pereira Diogo

271 NOTAS E COMENTÁRIOS

COMMENTS AND ESSAYS

- 273 THE MORTEXVAR PROJECT
Valuing variability in the ancient Egyptian mortuary texts
Carlos Gracia Zamacona
- 281 MYTH, HISTORY, AND METAPHOR IN THE HEBREW BIBLE
Por Paul K.-K. Cho
José Augusto Ramos

295 UM NOVO OLHAR SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO:
A perspectiva de J. G. Manning

Elisa de Sousa

305 ROMA NOSSO LAR:
Tradição (auto)biográfica e consolidação da(s) identidade(s)

Ália Rodrigues

313 RECENSÕES

REVIEWS

419 IN MEMORIAM

425 POLÍTICAS EDITORIAIS E NORMAS DE SUBMISSÃO

JOURNAL POLICIES AND STYLE GUIDELINES



NOTAS E COMENTÁRIOS
COMMENTS AND ESSAYS

UM NOVO OLHAR SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO: A perspectiva de J. G. Manning

Elisa de Sousa

Uniarq, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
e.sousa@campus.ul.pt |  <https://Orcid: 0000-0003-3160-108X>

J. G. MANNING (2018), *The Open Sea. The Economic Life of the Ancient Mediterranean World from the Iron Age to the Rise of Rome*. Princeton, Oxford, Princeton University Press, 414 pp. ISBN 978-0-691-15174-8 (€ 38.92)

Entendendo o mundo mediterrâneo no 1º milénio a.C. como um mar aberto e interactivo, e incidindo na evolução dos seus sistemas e instituições económicas ao longo da Idade do Ferro, a obra *The Open Sea* destaca-se de outros trabalhos do género pela adopção de uma abordagem transversal e inovadora que se verifica em três grandes aspectos:

- a inclusão na mesma óptica de análise do mundo clássico (sobretudo grego), do Próximo Oriente e do Egipto, áreas estas que são tradicionalmente estudadas de forma separada.

- a utilização de dados resultantes de projectos interdisciplinares, ligados sobretudo à paleoclimatologia, para compreender o ambiente no mundo antigo e as repercussões das suas alterações nas distintas sociedades.

- e a adopção de novas abordagens metodológicas e conceptuais, sobretudo no âmbito do entendimento das culturas passadas como sistemas adaptativos complexos, que interagem entre si, mantendo, contudo, as suas próprias especificidades.

O livro divide-se em duas partes: I - *History & Theory* e II - *Environment & Institutions*.

A primeira parte, que inclui três capítulos, é precedida por uma pequena introdução sobre os estudos anteriores das “economias antigas”, com particular ênfase na obra de Moses Finley, *The Ancient Economy* (1973). Não deixando de

valorizar os contributos inestimáveis desta obra, observa que o desenvolvimento recente da investigação sobre esta temática tem demonstrado, sistematicamente, que as sociedades antigas não assumem um carácter estático, e que o estatuto social das elites já não é, por si só, suficiente para definir os parâmetros das economias antigas. A própria evolução das perspectivas e conceitos económicos, particularmente no quadro da recente crise, tiveram também consequências nos estudos sobre a Antiguidade, abrindo novas perspectivas de análise que devem agora ser desenvolvidas.

O primeiro capítulo, *New Directions and Broader Contexts in the Study of Premodern Economies*, incide sobre os modelos e debates teóricos inerentes ao estudo das economias antigas. Partindo dos debates iniciais entre primitivismo *versus* modernismo e formalismo *versus* substantivismo, que acabaram por se esgotar em si mesmos, J. G. Manning analisa também o impacto que novas correntes, e especificamente a Nova Economia Institucional, tiveram no estudo das economias antigas. E ainda que valorize as várias contribuições destas novas abordagens, critica, em parte, o seu cariz excessivamente racional e, em particular, a exclusão da dimensão humana, apelando à necessidade de estudar as economias antigas nos seus próprios contextos culturais, ambientais, sociais e políticos. O A. enfatiza a necessidade de desenvolver os quadros conceptuais utilizados na compreensão da evolução das instituições e das múltiplas esferas do desempenho económico, propondo a criação de modelos dinâmicos de carácter interdisciplinar, que incorporem certos princípios da teoria evolutiva e também os contributos recentes de projectos científicos, que têm proporcionado uma série de novos elementos para o enquadramento das economias antigas.

O capítulo 2, *Ancient Economies*, analisa, em termos muito gerais, a evolução das principais áreas focadas na obra durante o 1º milénio a.C., não esquecendo, contudo, as suas particularidades intrínsecas. Neste âmbito, compara as instituições que emergem durante a Idade do Ferro com as suas antecessoras do Bronze Final (em concreto os sistemas palaciais do Mediterrâneo Oriental), dando destaque ao papel que as grandes inovações, como é o caso da difusão da metalurgia do ferro e do alfabeto, a progressiva importância da prata e a notável ampliação das redes comerciais, desempenharam na constituição das novas forças políticas

que emergem no 1º milénio a.C. na bacia do Mediterrâneo. Contrapõe ainda os modelos imperiais com outros sistemas contemporâneos menos centralizados e mais flexíveis, como é o caso do mundo grego e fenício, nos quais a iniciativa privada tem uma maior projecção.

O A. salienta também a importância da colonização fenícia e grega na maior abertura do espaço mediterrâneo, que passou então a incorporar, sobretudo na esfera comercial, horizontes culturais mais longínquos, como o Mediterrâneo Central e Ocidental. Os contactos interculturais que se geraram ao longo do 1º milénio a.C. transcenderam, contudo, a mera esfera comercial, tendo também tido implicações nos diferentes quadros institucionais.

Termina o capítulo incidindo sobre uma questão fundamental e problemática: a representatividade e o significado dos dados disponíveis para os estudos sobre as economias antigas, em particular na grande variabilidade e heterogeneidade existente quer nos documentos escritos, quer no âmbito do registo arqueológico: uma questão que deve ser tida sempre em consideração na construção de modelos interpretativos sobre as economias antigas.

O último capítulo da primeira parte, *Bronze, Iron and Silver*, inicia-se com uma reflexão sobre as problemáticas relacionadas com a segmentação do passado e as periodizações históricas que, embora essenciais para a compreensão de determinadas conjunturas específicas, podem dificultar análises mais abrangentes, sobretudo no estudo das economias antigas e das continuidades ou rupturas institucionais.

Discute ainda as várias posturas historiográficas sobre a questão da unidade ou diversidade do espaço mediterrâneo, insistindo, sobretudo, nas propostas antagónicas de Braudel (*La Méditerranée et le Monde Méditerranéen a l'époque de Philippe II* - 1949), por um lado, e de Horden e Purcell (*The Corrupting Sea: a study of Mediterranean History* - 2000), por outro, propostas que se conciliam, porém, no reconhecimento da profunda e intensa interconexão dessa bacia.

O A. propõe que se devem delimitar fronteiras espaço-temporais que englobem o desenvolvimento das instituições e a evolução dos estados, mas também o impacto do meio físico, ambiental e das alterações climáticas nas populações. Defende que para compreender a Idade do Ferro no Mediterrâneo, é necessário transcender as barreiras geográficas tradicionais, sendo necessário

incluir na escala de análise das economias antigas espaços mais longínquos, como o Mar Negro, o Oceano Índico, o Norte de África e a Ásia Central e Ocidental, os quais se encontram intimamente conectados com o espaço mediterrâneo desde, pelo menos, o 2º milénio a.C.

Termina o capítulo com uma análise mais detalhada sobre as condições climáticas e ambientais das bacias hidrográficas do Nilo, Tigre e Eufrates, relacionando-as com os diferentes modelos políticos e institucionais que emergem no Mediterrâneo Oriental e Próximo Oriente.

A segunda parte do livro, intitulada *Environment & Institutions*, engloba cinco capítulos e a parte conclusiva.

O capítulo 4, *Agriculture and Labor*, foca o papel incontornável da agricultura no quadro das economias pré-modernas ou “economias orgânicas”, analisando os três casos principais do seu estudo: Egipto, Próximo Oriente e Mundo Grego.

No caso egípcio, destaca-se o papel institucional dos templos, que estão directamente vinculados ao sistema estatal enquanto gestores das áreas cultiváveis, situação que se torna particularmente visível a partir do Império Novo. Discute ainda a complexa questão da existência ou não de propriedade privada nesta área africana, relacionando alguns indícios deste processo com o carácter menos centralizador que as instituições religiosas egípcias adquiriram a partir do final do Império Novo, passando a promover o arrendamento dos terrenos ou mesmo a remuneração do trabalho agrícola. Ainda que se assuma que a posse “privada” de terras tenha sido uma realidade “não oficial” (uma vez que todo o Egipto pertencia à monarquia, ideologia que legitimava a cobrança de impostos sobre a produção), as primeiras evidências directas destas práticas, concretamente as de natureza textual, surgiram durante os séculos VII e VI a.C., acentuando-se posteriormente durante o período ptolomaico. Nesta última fase, fez-se sentir também o peso da introdução de alterações económicas institucionais de influência grega (como por exemplo os leilões públicos), culminando na existência evidente de propriedades privadas em torno ao século II a.C.

A situação no Próximo Oriente é considerada como mais heterogénea, distinguindo-se duas zonas primárias: o norte, onde a agricultura de sequeiro era mais recorrente, e conseqüentemente com uma maior projecção do núcleo

familiar na produção; e o sul, com maior incidência da irrigação, adquirindo os templos um papel similar aos da esfera egípcia, ainda que, no caso do Próximo Oriente, a cadeia que conectava o estado ao trabalho agrícola tivesse elos muito mais diversificados. Contudo, também neste caso se observa uma maior incidência de empreendedores privados a partir do séc. VI a.C., em particular no quadro da aquisição e controle de grandes propriedades.

No caso grego, a posse da terra estava intimamente relacionada com o estatuto de cidadania, ainda que se observe alguma heterogeneidade na distribuição das propriedades, sobretudo a norte e ocidente. Contudo, a partir do período helenístico, nota-se uma certa tendência para a concentração de terras. Trata-se, no entanto, de um sistema complexo e variado, que ultrapassa, em alguns casos, as unidades familiares, envolvendo também adaptações ou conjunturas ditadas por necessidades militares ou formações de cariz comunitário.

Um outro aspecto tratado neste capítulo são os diferentes tipos de vínculos laborais que estavam ligados à produção agrícola, ainda que seja sempre difícil distinguir certas categorias de trabalhadores no quadro das economias antigas. O A. foca-se, sobretudo, na questão da escravatura que, apesar de recorrente na Antiguidade, assumiu moldes diferenciados nas distintas regiões. No Egito, a escravatura não parece ter sido particularmente importante no quadro da produção agrícola, uma vez que as próprias características desta produção no Nilo formavam, naturalmente, vínculos rígidos entre a população e o estado (sobretudo no quadro de obrigações de trabalho sazonal), que eram por sua vez mediados através dos templos. Aqui, o trabalho remunerado intensificou-se sobretudo nas fases mais tardias da Idade do Ferro, consequência também da difusão dos sistemas monetários. No Próximo Oriente, a situação seria similar, ainda que se note um maior uso da mão de obra escrava nos trabalhos agrícolas. No mundo grego, por sua vez, a escravatura era uma instituição generalizada, sendo uma das principais forças de trabalho agrícola.

O quinto capítulo, *The Boundaries of Premodern Economies*, incide essencialmente no impacto das alterações climáticas sobre as economias pré-modernas, explicitando-se as suas principais causas, as diferentes escalas de duração e os dados existentes para a sua identificação no passado, com particular incidência na paleoclimatologia.

O A. insiste, uma vez mais, na necessidade da criação de modelos complexos e multicausais que permitam uma melhor compreensão da interacção entre o homem e o seu ambiente, e em particular a capacidade adaptativa do ser humano e a diversidade de respostas a alterações ecológicas e climáticas.

Ainda que possa não ser a principal causa de mudança, o ambiente é determinante na vida das sociedades pré-modernas, podendo suscitar, em múltiplas escalas, um amplo espectro de respostas. Deve ser, portanto, analisado conjuntamente com outros aspectos históricos, sociais, políticos, económicos e religiosos, e não encarado apenas como um “pano de fundo”, mas sim como uma força interactiva que condiciona alterações sociais e o desempenho económico.

Como exemplo da relevância destas abordagens, apresenta o caso egípcio, evidenciando a correlação entre alterações climáticas derivadas de episódios de erupções vulcânicas e a sua influência nas cheias do rio Nilo, em particular durante o período ptolomaico, que terão causado fases de menor produtividade agrícola e períodos de maior instabilidade social, ainda que esta situação tenha sido, paralelamente, potenciada por alterações introduzidas no quadro dos produtos cultivados e de mudanças na política fiscal.

O capítulo 6, *The Birth of “Economic Man”*, centra-se nas questões demográficas, no papel do estado nas economias antigas e nas suas principais unidades de análise. Entre estas, acentua a importância das unidades domésticas (*households*), cuja ampla variedade e heterogeneidade no Mediterrâneo revela o seu carácter complexo e adaptativo face às diferentes conjunturas políticas, económicas e ambientais. A interacção entre estas unidades domésticas, as transações comerciais estabelecidas e as suas relações com os mercados são outros dos aspectos analisados, assim como a sua correlação com as instituições estatais, sobretudo no Egito e Próximo Oriente.

O capítulo 7, *The Evolution of Economic Thought in the Ancient World*, procura explorar os processos evolutivos que ligam os intercâmbios e instituições legais à mudança institucional, tentando enfatizar os aspectos partilhados entre o mundo clássico grego, o Egito e o Próximo Oriente.

Introduz a questão da emergência dos sistemas monetários, e sobretudo a sua intensificação durante a fase mais tardia da Idade do Ferro, fenómeno que

marcou, sem qualquer dívida, uma forte alteração no quadro da história económica das sociedades pré-modernas, ainda que os ritmos da sua adopção e assimilação tenham sido altamente variáveis.

De seguida, o A. foca-se nos parâmetros legais do 1º milénio a.C. no mundo mediterrâneo, salientando a postura da Nova Economia Institucional sobre a interligação entre lei e economia, sendo que na Antiguidade a primeira foi usada sobretudo para regular a distribuição da riqueza, os direitos de propriedade, as actividades comerciais e, em geral, a organização da esfera económica.

Realiza ainda um estudo comparativo entre o mundo grego, o Egipto e o Próximo Oriente, incidindo na questão dos direitos de propriedade, cujas diferenças se justificam, sobretudo, pelas condições ambientais que condicionaram a produção e a organização política. A natureza básica das práticas agrícolas no mundo grego (agricultura de sequeiro) e no Egipto / Próximo Oriente (agricultura de irrigação), moldaram os conceitos referentes à propriedade privada, que eram assim consideravelmente variáveis nos diversos horizontes culturais e históricos do 1º milénio a.C. A agricultura de irrigação e, no caso particular do Egipto, os condicionalismos e obrigatoriedade de cooperação imposta pelas cheias anuais do Nilo, implicaram a adaptação a um modelo no qual a terra estava vinculada ao serviço estatal e era gerida, em primeira instância, pelas instituições religiosas, ainda que a própria produção estivesse sempre dependente das unidades familiares locais. Este modelo contrasta com o do mundo grego, onde a agricultura de sequeiro promoveu a posse individual da terra, estando esta ligada, por sua vez, mais directamente a questões de cidadania.

O capítulo 8, *Growth, Innovation, Markets, and Trade*, um dos mais extensos de toda a obra, incide nas questões directamente relacionadas com o comércio.

O A. trata inicialmente da problemática sobre a identificação de padrões de crescimento ou de desempenho económico no mundo antigo, uma questão que está directamente relacionada com a heterogeneidade das diversas situações e, em muitos casos, também com a escassez de dados. Defende, contudo, que a escassa expressão de fases de crescimento que foi apontada pela historiografia mais tradicional conduziu à subestimação da sua importância. J. G. Manning argumenta que se trata, essencialmente, de uma questão de escala, e que, apesar do conceito

de crescimento económico não poder ser aplicado às economias antigas, dada a sua natureza essencialmente orgânica, é, ainda assim, possível identificar ciclos de expansão e contracção no Mundo Antigo, com base em determinados aspectos (aumento das populações urbanas; dimensão das áreas domésticas; tendências de protecção de direitos de propriedade; intensificação da circulação monetária e do maior uso da prata; aumento do número de naufrágios; desenvolvimento de mercados). Estas fases de crescimento são intercaladas com momentos de estabilidade, e outros de crise, e observam-se não só no mundo grego, mas também no Próximo Oriente (em particular na Babilónia) e Egipto, apesar das formas de governo assumirem um carácter tradicionalmente denominado de “despótico”.

Esta situação reflecte-se também no desenvolvimento dos mercados, que assumem uma maior complexidade a partir da segunda metade do 1º milénio, e que está directamente correlacionada com um papel mais interventivo das organizações estatais (cada qual com as suas particularidades, mas que se verifica, por exemplo, no estabelecimento de sistemas de medidas estandardizados, na política fiscal aplicada às transações comerciais, em tentativas de diminuir os custos de transação, em combater a pirataria, etc.), com o crescimento do comércio privado (ainda que com pouca visibilidade literária e epigráfica) e com a difusão de sistemas monetários.

Faz uma breve abordagem das redes comerciais durante o 1º milénio a.C., começando pelo impacto da colonização fenícia e grega no Ocidente e na importância destes processos na maior abertura da bacia do Mediterrâneo. Este fenómeno era, por sua vez, paralelo a outros que se verificam no Próximo Oriente, onde se verifica uma correlação entre a formação/expansão imperial e a necessidade de controlar redes comerciais, e também no Egipto, sobretudo com a ligação ao mundo grego, que se inicia ainda durante o séc. VIII a.C. e que se desenvolve durante o período ptolomaico. Em ambas as áreas, desenvolvem-se estratégias comerciais que vão permitir ligar o Mediterrâneo ao Oceano Índico e Mar Vermelho, e que serão desenvolvidas em fases mais tardias.

Debate ainda a visão mais tradicional do declínio helenístico, defendendo que não se trata propriamente de uma fase de decadência, mas apenas da transição de uma esfera económica de múltiplas entidades políticas para uma única, a do

Império Romano. Defende que o modelo proposto por Scheidel para o período romano (*Comparative Perspective on the determinants of scale and productivity of Roman maritime trade in the Mediterranean* – 2011), inspirado na Nova Economia Institucional, relacionando, entre outros aspectos, a formação estatal com uma maior escala do volume comercial, poderá ser também ampliado de forma a incorporar a fase helenística, uma vez que esta cria os principais antecedentes que vão acabar por moldar alguns aspectos do cenário que se vai verificar na fase seguinte.

O capítulo conclusivo reafirma que o todo o processo de desenvolvimento institucional económico, que surge com a expansão comercial fenícia e que culmina com a emergência do Império Romano, é essencial na medida em que integrou o espaço europeu, norte-africano e o ocidente asiático. O estudo futuro destas realidade deve, assim, abandonar o carácter essencialmente estático e descritivo que caracteriza os trabalhos precedentes sobre a economia antiga, e desenvolver parâmetros mais dinâmicos, enfatizando aspectos como a interação cultural, a valorização da heterogeneidade das diferentes áreas geográficas e a inclusão de novos dados resultantes de estudos interdisciplinares sobre as ocupações do passado.

Termina com uma metáfora extraordinária que foi desenvolvida ao longo de toda a obra, e que tem como base um curioso calendário mecânico descoberto num naufrágio em Antikythera, datado dos finais do 1º milénio: “(...) the civilizations that grew up around the Mediterranean basin were like the gears of the Antikythera mechanism: some were small, others larger, each turning at different rates, but part of an interconnected whole.” (p. 263).

The Open Sea é, sem qualquer dúvida, uma obra importante para compreender as economias antigas do Mediterrâneo, sobretudo num momento em que o debate sobre as categorizações dualistas destas realidades se esgotou, e se torna cada vez mais evidente o carácter dinâmico dos grupos culturais da Antiguidade. A leitura deste livro abre uma série de novas perspectivas de análise no quadro das economias pré-modernas, na importância da utilização de distintas esferas e escalas de análise, e nas vantagens em conjugar diferentes tipos de abordagens teóricas, dados históricos e informações originárias de estudos multidisciplinares.



CADMO

REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA

JOURNAL FOR ANCIENT HISTORY

Editor Principal | Editor-in-chief

Nuno Simões Rodrigues

OBJECTIVOS E ÂMBITO

AIMS AND SCOPE

A *Cadmo – Revista de História Antiga* publica anualmente estudos originais e ensaios relevantes de “estado da arte” em História Antiga e de culturas da Antiguidade. Além disso, tem como objectivo promover debates e discussões sobre uma ampla variedade de temas relacionados com a História Antiga, e aceita propostas relacionadas com o mundo do Próximo-Oriente Antigo (Egipto, Mesopotâmia, Pérsia, corredor Siro-Palestinense, Mundo Bíblico e e Anatólia) e com o Mundo Clássico (Grécia, Roma e Mediterrâneo Antigo, incluindo a Antiguidade Tardia). São ainda considerados estudos sobre a recepção da Antiguidade e dos seus legados, historiografia e investigações com enfoque em outras sociedades antigas (como as culturas indianas, extremo-asiáticas e mesoamericanas). A *Cadmo – Revista de História Antiga* não considera o conceito de “Antiguidade” como exclusivo da civilização ocidental, mas uma construção historiográfica essencial para a compreensão da História Global. Recensões críticas de obras recentes serão também considerados para publicação.

Cadmo – Journal for Ancient History yearly publishes original and peer-reviewed studies and findings, as well as relevant “state of the art” review essays, on Ancient History and the study of Ancient cultures. It aims to promote debate and discussion on a wide variety of subjects and welcomes contributions related to the Ancient Near-Eastern World (Egypt, Mesopotamia, Persia, Syro-Palestine area and Anatolia) and to the Classical World (Greece, Rome and the Ancient Mediterranean, including Late Antiquity). Studies on the reception of Antiquity and its cultural productions, historiography of the Ancient World, as well as submissions focusing on other Ancient societies (such as the Indian, Asian or Mesoamerican cultures) are also accepted. This journal does not consider the concept of Antiquity to be a notion restricted to western civilisation and its heritage, but an essential historiographic construct for our understanding of Global History. Reviews of recently published on the aforementioned subjects are also published.

CH

CENTRO DE HISTÓRIA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA